



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
AMAPÁ

# **RELATÓRIO ANUAL ESTATÍSTICO DE PEDIDOS DE ACESSO 2023**



**DEFENSORIA PÚBLICA  
AMAPÁ  
CORREGEDORIA-GERAL**

**EDUARDO PEREIRA DOS ANJOS**

Corregedor-Geral

**LAURO MIYASATO JUNIOR**

Subcorregedor-Geral

**IRENE ROSA DE SOUZA BEZERRA FERREIRA**

Chefe de Gabinete

**EDUARDO MAGNO GÓES SOTÃO**

Assessor Jurídico

**DANIEL ALMEIDA CALADO**

Assessor Jurídico

**ELOANE DA COSTA MACHADO**

Assessora Técnica

**MÁRCIA DA GRAÇA CORDEIRO MELO DOS SANTOS**

Assessora Técnica

**RICARDO BRITO DA SILVA**

Assessor Técnico

**MAHYZA NASCIMENTO TAVARES**

Assessora Técnica



## 1. A CORREGEDORIA-GERAL

A Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Amapá desempenha um papel crucial na execução de ações de controle e fiscalização, tendo como base as prerrogativas jurídicas estabelecidas em diversas disposições legais, especialmente no artigo 105 da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, no artigo 22 da Lei Complementar Estadual nº 121, de 31 de dezembro de 2019, e na Resolução nº 62/2022/CSDPEAP. Essas normativas conferem à Corregedoria-Geral uma série de responsabilidades e atribuições, visando assegurar a eficiência e a transparência das atividades da Defensoria Pública no estado.

O artigo 2º do Regulamento Interno da Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado do Amapá define claramente as finalidades dessa instância. Entre suas principais funções, destacam-se o controle, a fiscalização, a inspeção e a orientação das atividades funcionais, bem como das condutas dos membros e servidores da instituição. A atuação da Corregedoria-Geral busca garantir que todos os processos e procedimentos da Defensoria Pública sejam realizados de acordo com os mais altos padrões de legalidade, ética e eficiência.

Esses instrumentos são essenciais para a realização de uma gestão transparente e organizada dentro da Defensoria Pública, permitindo uma comunicação eficaz entre a Corregedoria-Geral, os membros e servidores da instituição, bem como com o público em geral.

A Corregedoria-Geral também tem a atribuição de receber, organizar, tabular e garantir a integridade dos dados relativos às atividades dos Defensores Públicos, utilizando-se de um sistema informatizado para a organização dessas informações. Esse processo é fundamental para a elaboração do Relatório de Atividades dos Defensores Públicos, um documento detalhado que contém informações sobre o desempenho e a produtividade dos membros da Defensoria Pública em suas diversas funções.

O presente relatório tem como objetivo apresentar um panorama dos processos recebidos pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado do Amapá no ano de 2023. Os dados analisados referem-se a manifestações da sociedade, como reclamações e elogios, relacionadas à atuação de membros e servidores da instituição.



## **Relatório de Manifestações Recebidas – Ano de 2023**

Este relatório tem por finalidade apresentar os dados relativos às manifestações encaminhadas à Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado do Amapá no exercício de 2023. As manifestações contemplam reclamações e elogios referentes à conduta e ao atendimento prestado por membros e servidores da Instituição, contribuindo para o fortalecimento da transparência, do controle social e da melhoria contínua dos serviços oferecidos à população.

Os processos encaminhados à Corregedoria-Geral tiveram como principais temas as reclamações, que representaram 94% do total, e os elogios, que corresponderam aos 6% restantes. Em termos quantitativos, foram registradas 16 reclamações e 1 elogio direcionado a servidor da Defensoria Pública. O gráfico abaixo ilustra esses dados.

